

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo presidente do Carf defende voto de qualidade e nega meta de arrecadação 3

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adesão ao Programa Litígio Zero começa hoje 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Litígio Zero: Veja como aderir a programa para renegociar dívidas federais 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo Congresso segue conservador e tem mais nomes do bolsonarismo raiz 7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro abre gabinete a sócio oculto de empresa que recebeu R\$ 3 mi em emendas 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Apagão de informações 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Imoralidade no Ministério Público (Editorial) 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLITICA / ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin questiona juros altos 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é prioridade, e regra fiscal deve vir depois, afirma Lira 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Tem uma pressão forte, mas o BC não vai vacilar" 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercadante fala em cortar juros para micro e pequenas empresas 21

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: base sem orçamento secreto dá "mais trabalho" 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda de crédito barato está na "ordem do dia", afirma Haddad 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não se discute mudar meta de inflação, diz secretário 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ibovespa sobe 1%, e dólar cai a R\$ 5,07, à espera de decisões de juros 27

Quarta-Feira, 1 de Fevereiro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária vem antes de âncora fiscal, diz Lira 28

RÁDIO SENADO FM 91,7 - DF - CONEXÃO SENADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senadores querem priorizar PEC de reforma tributária que simplifica ICMS e ISS 30

RÁDIO SENADO FM 91,7 - DF - CONEXÃO SENADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e novo marco fiscal são desafios do governo 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Copom faz 1ª reunião sob Lula pressionado por Planalto e inflação 32

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Novo penduricalho dos procuradores extrapola leis e foi aprovado em 1 min 34

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Escalada nos protestos desafia reforma da previdência de Macron 36

Novo presidente do Carf defende voto de qualidade e nega meta de arrecadação



Carlos Higinio Ribeiro de Alencar: mudança no voto de qualidade só beneficiou os contribuintes supergrandes

Beatriz Olivon De Brasília

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** inicia hoje os julgamentos sob nova presidência. À frente do órgão está o auditor fiscal Carlos Higinio Ribeiro de Alencar, que começa a enfrentar um forte movimento contra uma das principais mudanças do órgão: a volta do voto de qualidade-o desempate pelo presidente de turma, que é representante da Fazenda Nacional.

A alteração, feita por meio de medida provisória (nº 1.160/23), faz parte do pacote anunciado pelo Ministério da Fazenda para elevar a arrecadação. A expectativa do órgão com a volta do voto de qualidade e de outras medidas para o **Carf** é de uma injeção, neste ano, de R\$ 50 bilhões nos cofres públicos. Garantiriam ainda uma entrada anual permanente de R\$ 15 bilhões.

Em entrevista ao Valor, o novo presidente defende as mudanças no **Carf**. De acordo com ele, não há, no tribunal administrativo, uma meta de arrecadação. "Não tenho meta de valor, tenho meta de eficiência perante a sociedade", diz Alencar, acrescentando que a pauta bilionária de julgamentos para as primeiras semanas de sessões do órgão reflete os pedidos das empresas, do fim de 2022, para que seus casos fossem analisados.

Esses pedidos, porém, foram feitos antes da volta do

voto de qualidade, que substitui o modelo de desempate a favor do contribuinte. Agora, há um movimento contrário, levado à Justiça (leia mais abaixo), para adiar esses julgamentos de grandes casos.

"Até entendo, a empresa vê que a regra traz um risco maior e então quer fugir. Mas a MP está vigente e não se pode deixar de julgar por isso", diz o novo presidente do **Carf**, que defende o voto de qualidade - criticado por contribuintes, que temem por aumento da litigiosidade e incertezas. "Mesmo com o voto de qualidade, o **Carf** julgava a favor do contribuinte", acrescenta Alencar. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor.

Valor: Como o **Carf** pretende atender a expectativa do Ministério da Fazenda para aumento da arrecadação?

Carlos Higinio Ribeiro de Alencar: Não temos meta de arrecadação aqui. Porque se partíssemos desse pressuposto seria "vamos manter tudo para arrecadar" e a ideia não é essa. Na verdade, alguns fatores impactaram o andamento normal dos processos. Houve a pandemia, que mudou muito a forma de trabalho, houve também o movimento de parte dos conselheiros da Fazenda, que são auditores, de regular o bônus e todo esse movimento sobre como ficaria com o fim do voto de qualidade, entre 2021 e 2022. Não é uma questão pontual em relação a ter que arrecadar agora, é uma questão mais estruturante, a ideia de que o processo administrativo fiscal demora muito e não traz o grau de segurança que o contribuinte precisa ter. Quando isso entrar num fluxo normal, pensamos em ter uma entrega de atividade pública mais célere e previsível, o que vai levar a menos litígio.

Valor: Há plano para pautar processos de valor mais elevado agora?

Alencar: As regras que já existiam de prioridade não mudaram. Já existia prioridade de doença, idosos e alto valor.

Valor: Mas após o cancelamento da pauta em janeiro, entraram na pauta de fevereiro casos de grandes contribuintes para serem julgados.

Alencar: Os contribuintes pediram para esses casos

serem julgados. É só para julgar quando eu acho que o juiz ou desembargador vai dar decisão favorável? Havia pedidos para sair da pauta virtual para a presencial, tinha coisas nesse sentido. Até entendo, a empresa vê que a regra traz um risco maior e então quer fugir. Mas a MP [do voto de qualidade] está vigente e não se pode deixar de julgar por isso. Seria como se o **Carf** não julgasse quando a regra era favorável às empresas. E foram R\$ 24 bilhões em casos julgados pró-contribuinte em 2022.

Valor Qual será o impacto da volta do voto de qualidade?

Alencar: Mesmo com o voto de qualidade, o **Carf** julgava a favor do contribuinte. Não foi a mudança anterior que fez [o órgão] passar a julgar pró-contribuinte, apesar de o número ter aumentado muito. Em praticamente a totalidade dos casos que davam empate (98%), as teses foram julgadas a favor do contribuinte. Mas pequenos e médios contribuintes não se beneficiaram em nada com o fim do voto de qualidade.

Valor: O voto a favor do contribuinte foi só um benefício para os grandes, com grandes teses?

Alencar Para os supergrandes. Nem para os grandes. Esquece pessoa física. Se você pensar em regime de tributação de lucro e receita, hoje em dia, o Simples Nacional pega um percentual gigante, mais de 90%, e temos o lucro presumido, pelo qual não tenho que colocar despesas e receitas e detalhar. As teses jurídicas controversas surgem nas empresas que trabalham com o lucro real em sua maioria. São os muito grandes, os enormes contribuintes que têm casos mais complexos, de planejamento tributário.

Valor: Tendo em vista o estoque de R\$ 1 trilhão, existe uma meta de valor a ser julgado em 2023?

Alencar Eu gostaria de cumprir a lei. Com o piso de 60 salários mínimos [para recurso ao **Carf**], a ideia é que, dentro de dois ou três anos, o Conselho entre no fluxo e cumpra a lei, ou seja, que os processos que entram sejam julgados em um ano. In-dependentemente do valor. Não tenho meta de valor, tenho meta de eficiência perante a sociedade. A redução do estoque virá naturalmente com a aceleração do trabalho. Hoje temos cerca de 93 mil processos, mas muitos de valor pequeno e poucos complexos de valor elevado. Entravam cerca de 3 mil processos por mês e julgávamos 2 mil. Com a MP, talvez entrem 500 por mês e a gente dê conta de reduzir esse estoque.

Valor: O ministro Fernando Haddad considerou absurdo a Fazenda não poder recorrer de decisão final do **Carf**. Isso pode ser alterado pelo **Carf**?

Alencar Acho que era um entendimento da PGFN, mas a procuradoria pode falar com maior propriedade. A ideia do **Carf** é de tentar resolver as questões no âmbito da própria administração. Achamos que retomando o voto de qualidade haveria um grau de tranquilidade para o **Carf**, que talvez resolvesse esse problema. Se você vê que em 60% dos créditos se dá razão para o contribuinte, não posso dizer que o **Carf** não está fazendo sua parte, dando razão ao contribuinte também.

Valor: Com esse percentual não seriam então necessárias medidas da **Receita Federal** para orientar melhor os fiscais?

Alencar: Isso é uma falha e já conversamos com o secretário Robinson Barreirinhas [da Receita] e com a PGFN. Acho que às vezes temos muita falha de comunicação. Várias teses que se consolidam no **Carf** demoram para chegar lá na Receita. Por um lado, demonstra independência. Por outro, demonstra talvez a gente tenha essa dificuldade, sobre repassar a informação dentro do próprio Ministério [da Fazenda]

Valor: Como tornar o **Carf** mais célere?

Alencar: Se fala muito do voto de qualidade, mas com o aumento do valor de processos que vão subir ao **Carf**, a ideia é transformá-lo em um órgão que discuta as teses jurídicas mais complexas, que normalmente estão ligadas aos valores mais relevantes. Também há um empenho do ministro, do secretário da Receita e meu de resolver essa questão dos auditores, de regulamentação do bônus de eficiência. Tem várias medidas sendo tomadas para deixar o **Carf** mais ágil.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187448>

Adesão ao Programa Litígio Zero começa hoje

Publicado em 01/02/2023 - 07:54 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A partir das 8h de hoje (1º), o contribuinte pode aderir ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, também conhecido como Litígio Zero. O prazo vai até as 19h de 31 de março.

A adesão pode ser pedida por meio de processo digital no Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal** (e-CAC). O acesso ao e-CAC exige conta no Portal Gov.br nível prata ou ouro, certificação digital (no caso de empresas) ou um código especial que pode ser obtido mediante o número do recibo da última declaração do Imposto de Renda (para pessoas físicas).

O programa, que estende à **Receita Federal** o modelo de transações tributárias disponível desde 2020 para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), permite a renegociação de dívidas tributárias baseada na capacidade de pagamento do contribuinte, em troca da desistência de ações na Justiça (no caso de débitos inscritos na Dívida Ativa da União) ou de contestações administrativas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão que julga na esfera administrativa débitos com o Fisco.

O Litígio Zero foi anunciado há cerca de 20 dias pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como uma das medidas para recompor o caixa do governo em 2023.

O Litígio Zero prevê a renegociação em condições especiais de dívidas com a União. Embora o programa funcione de forma similar aos tradicionais Refis, existe uma diferença porque a concessão de descontos ocorrerá com base no tamanho do débito e no tipo de contribuinte.

As dívidas do contribuinte - consideradas créditos do ponto de vista do governo - serão classificadas com base na facilidade de serem recuperadas pela União, sendo créditos tipo A (com alta perspectiva de recuperação), créditos tipo B (com média perspectiva de recuperação), créditos tipo C (de difícil recuperação), ou créditos tipo D (irrecuperáveis).

As pessoas físicas e micro e pequenas empresas com dívidas abaixo de 60 salários mínimos poderão obter

descontos de 40% a 50% sobre o valor total do débito, com prazo de até 12 meses para pagar.

Para empresas que devem mais de 60 salários mínimos, haverá um desconto de até 100% sobre multas e os juros para dívidas consideradas irrecuperáveis e de difícil recuperação. Essas pessoas jurídicas poderão ainda usar prejuízos de anos anteriores para abater de 52% a 70% do débito.

Qualquer que seja a modalidade de pagamento escolhida, o valor mínimo da prestação será de R\$ 100 para a pessoa física, de R\$ 300 para a microempresa ou a empresa de pequeno porte, e de R\$ 500 para pessoa jurídica. O número de prestações deverá se ajustar ao valor do débito incluído na transação.

O Litígio Zero também prevê o fim dos recursos de ofício dentro do **Carf** para valores abaixo de R\$ 15 milhões. Nesses casos, quando o contribuinte vencer em primeira instância, a **Receita Federal** deixará de recorrer, encerrando o litígio. De acordo com o Ministério da Fazenda, a medida extinguirá quase mil processos no **Carf**, no valor total de R\$ 6 bilhões, e ajudará a desafogar o órgão para o julgamento de grandes dívidas.

A **Receita Federal** preparou um guia para tirar dúvidas sobre o Litígio Zero. Mais informações sobre o programa podem ser obtidas aqui .

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-02/adesao-ao-programa-litigio-zero-comeca-hoje>

Litígio Zero: Veja como aderir a programa para renegociar dívidas federais

Do UOL, em Brasília

A partir desta quarta-feira (1º), pessoas e empresas poderão aderir ao programa Litígio Zero, para a renegociação de dívidas na Delegacia da **Receita Federal** de Julgamento (DRJ) ou no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). O programa oferece prazo de até 12 meses para pagamento dos débitos, descontos sobre os juros e cancelamento da multa para quem fizer os pagamentos.

O que é o Litígio Zero?

O programa se propõe a acabar com a disputa entre governo, pessoas e empresas. O governo abre mão de multa e juros, e o contribuinte paga os **tributos** devidos, diz Filipe Richter, sócio da área tributária do Veirano Advogados

Será permitida a renegociação de **tributos** como Imposto de Renda, CSLL, PIS, Cofins e IPI, diz Costa.

Quem pode aderir?

Há regras diferentes para pessoas, pequenas e grandes empresas.

Pessoas, micro e pequenas empresas:

Grandes empresas:

Segundo Filipe Richter, algumas empresas têm prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de Imposto de Renda e contribuição social. Ou seja, em vez de pagar, a empresa tem um crédito de **impostos**, e isso pode ser abatido da dívida.

Quando é possível aderir ao programa?

Como fazer a adesão?

Confissão e pagamento de débitos tributários

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/01/como-vai-funcionar-o-programa-litigio-zero-do-governo-federal-como-aderir.htm>

Novo Congresso segue conservador e tem mais nomes do bolsonarismo raiz

Ranier Bragon e Thaísa Oliveira Brasília

Os deputados federais e senadores que tomam posse nesta quarta-feira (1º) ampliarão levemente as bases fiéis a Jair Bolsonaro (PL) e a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso, mas, em geral, mantêm o padrão da legislatura passada, de maioria conservadora.

Com isso, o presidente da República tem tentado formar a sua base de apoio com distribuição de ministérios e cargos do segundo escalão a partidos de centro e de direita.

A primeira leva de indicados incluiu PSD, MDB e União Brasil, que ocuparam 9 dos 37 ministérios, mas Lula terá de avançar também sobre o centrão de Bolsonaro (PP, PL e Republicanos).

Se todos os parlamentares da esquerda e dos três partidos de centro e de direita atraídos apoiarem o presidente, ele teria 287 cadeiras na Câmara e 47 no Senado. O número garante maioria, mas é insuficiente para aprovar emendas à Constituição (308 e 49, respectivamente).

Em outubro, os eleitores brasileiros escolheram os novos 513 deputados federais e 27 senadores do total de 81. No Senado, os mandatos são de oito anos, ante quatro da Câmara; a cada eleição, se intercalam disputas por um terço ou dois terços das cadeiras.

O PL de Jair Bolsonaro ganhou 23 deputados e somou 99, se tornando a maior bancada eleita na Câmara nos últimos 24 anos, desde que o antigo PFL (que daria origem ao Democratas, hoje parte da União Brasil) fez 106 parlamentares na reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1998.

O partido fez o campeão das urnas - o então vereador de Belo Horizonte Nikolas Ferreira, dono de 1,4 milhão de votos - e três dos quatro parlamentares mais votados de São Paulo: Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro e Ricardo Salles.

Os outros dois maiores partidos do centrão, PP e Republicanos, tiveram queda em suas representações, com o que a base bolsonarista ficou mais ou menos do mesmo tamanho, com um leve reforço da ala mais radical.

Em outras palavras, a nova configuração do partido na Câmara tende a ter uma cara muito mais bolsonarista do que a antiga, calçada em boa parte no fisiologismo que caracteriza o centrão. Mas a contabilidade das cadeiras do centrão como um todo não apresenta diferenças relevantes.

O PT de Lula também elevou sua bancada, de 56 para 68. Com a queda de desempenho de outras legendas da esquerda, porém, em especial o PSB, seu arco histórico de alianças também permaneceu estagnado, em cerca de um quarto das 513 cadeiras.

A composição partidária na Câmara é de suma importância para qualquer governante. Além de ser a Casa que dá a largada em possíveis processos de impeachment, é por lá também que começa a tramitação da maioria dos projetos de interesse do Palácio do Planalto.

No Senado, ocorreu fenômeno parecido. O chamado bolsonarismo raiz se fortaleceu, com a eleição, por exemplo, de Marcos Pontes (SP), ex-ministro de Ciência e Tecnologia, e de Magno Malta (ES), mas um troca-troca de legendas já levou o PSD de Rodrigo Pacheco (MG), hoje na órbita de Lula, a superar a bancada do PL, 15 a 13.

Os primeiros testes reais da base de Lula no Congresso ocorrerão já nesta quarta, com a eleição das presidências da Câmara e do Senado - em especial esta última, em que Pacheco, apoiado por Lula, disputa a reeleição contra o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN).

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) afirma que o placar para a presidência do Senado não é igual ao placar do apoio ao governo, e que não necessariamente os senadores que votarem em Marinho estarão na oposição.

"Não é a votação para presidente [da Casa] que indica quem vai ser ou quem não vai ser base governista. Não é isso que define. A eleição é um espaço muito mais restrito. É a direção do Poder Legislativo", afirma.

Assim que o ano legislativo tiver início, nesta quinta-feira (2), outros testes virão.

Há 27 medidas provisórias na fila de análise, 20 delas

editadas ainda por Bolsonaro.

Entre essas medidas estão a que fixa o salário mínimo em R\$ 1.302, a que mantém o Auxílio Brasil de R\$ 600, a que prorroga a desoneração dos combustíveis e a que aumenta o número de ministérios de 23 para 37.

Além disso, Câmara e Senado têm também na fila desse início de Legislatura a análise de 24 vetos presidenciais.

Três MPs são consideradas cruciais no teste, já que, de acordo com parlamentares, é sobre elas que recaem as maiores chances de traição e derrota para o governo.

São elas a que restabelece o voto de qualidade no âmbito do **CARF**, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (MP 1.160/23); a que transfere o Coaf (Conselho de Atividades Financeiras) do Banco Central para o Ministério da Fazenda (MP 1.158/23); e a que extinguiu a Funasa, que e a Fundação Nacional de Saúde (MP 1.156/23).

Essas são as MPs em que há mais chance de parlamentares dos partidos de centro e direita atraídos para a base de Lula demonstrarem na prática alguma insatisfação.

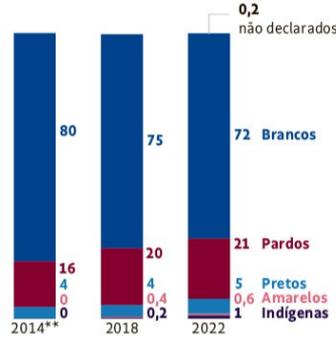
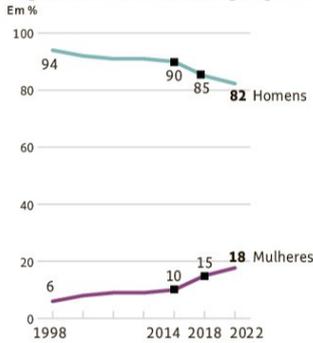
Após a distribuição dos ministérios, o governo tem negociado com partidos a alocação de políticos em cargos de segundo e terceiro escalão. Essas definições também devem ser pautadas pelo grau de adesão das siglas ao governo durante essas votações.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50174>

Perfil do Congresso Nacional

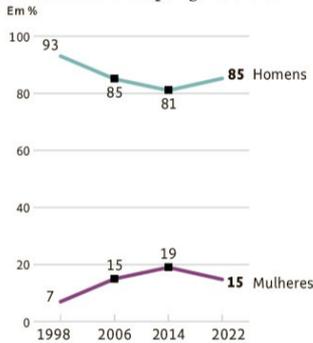
Deputados federais eleitos por gênero e cor



Câmara dos Deputados em 2023



Senadores eleitos por gênero e cor*

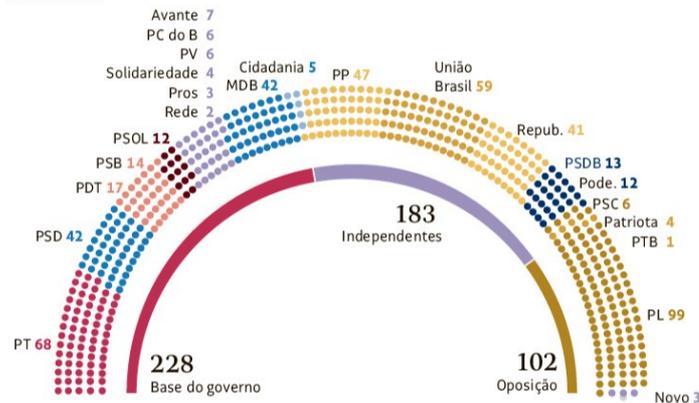


Senado Federal em 2023

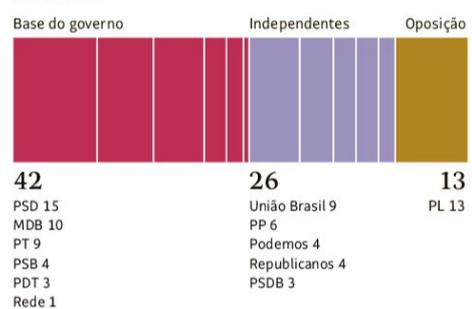


* Eleições com renovação de 1/3 da Casa | ** 2014 foi a primeira eleição em que a Justiça Eleitoral passou a exigir a declaração de cor/raça dos candidatos
Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

Na Câmara



No Senado

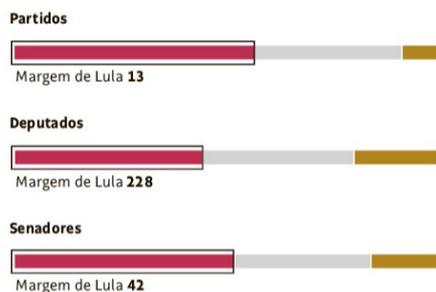


Entenda as cores dos partidos

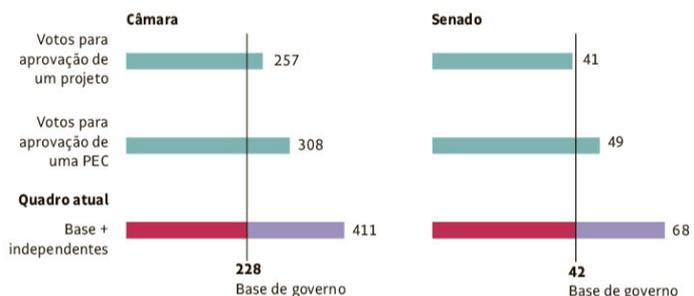


As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da Folha

É base de Lula?



Relação com o Congresso



Ministro abre gabinete a sócio oculto de empresa que recebeu R\$ 3 mi em emendas



REPRODUÇÃO



**DANIEL WETERMAN TACIO LORRAN JULIA AFFONSO
VINÍCIUS VALFRÉ BRASÍLIA**

Na segunda semana como ministro das Comunicações, Juscelino Filho abriu as portas de seu gabinete para o sócio oculto de uma empresa que recebeu R\$ 2,9 milhões de verbas do orçamento secreto direcionados por ele. O ministro omitiu a audiência, realizada no dia 11 de janeiro, de sua

agenda oficial divulgada pelo governo.

Quem divulgou a reunião foi o empresário. Diogo Tito Salém Soares postou em suas redes sociais uma foto ao lado do ministro, que chamou de "nosso líder político" e "amigo". Tito foi explícito sobre o motivo da visita: "Tratamos sobre várias questões que podem em breve vir a melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros (...) através de ações pelo ministério".

No papel, o "amigo" do ministro é apenas um dirigente do União Brasil em Codó, município maranhense. Mas, na prática, Tito é o verdadeiro dono da Mubarak Construções, uma empresa que, a rigor, não tem relação alguma com a área das comunicações. À **Receita Federal**, a empresa declara que atua em atividades de construção, oferece transporte escolar, aluga automóveis e vende pescados e frutos do mar.

Em 2020, o ministro direcionou R\$ 2,9 milhões para a prefeitura de Vitorino Freire (MA) - comandada por sua irmã -, que fechou por esse valor dois contratos com a empresa do amigo de Juscelino. O dinheiro foi liberado no fim do ano passado, pouco antes de ele ser escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para chefiar a pasta das Comunicações. Na época, Juscelino, filiado ao União Brasil, exercia o mandato de deputado federal.

Oficialmente, a empresa do amigo do ministro está em nome de Hygonn Wanrley Santos Lima. Com 23 anos, ele foi beneficiário do auxílio emergencial na pandemia da covid-19. A reportagem identificou que Tito era o verdadeiro dono da firma ao cruzar o endereço e o telefone apresentados por ele à Justiça Eleitoral com o da empresa. Ele disputou mandato de deputado, sem sucesso.

Procurado, Tito admitiu ser o proprietário da Mubarak. Ele pediu à reportagem que não divulgasse a informação para não "prejudicar" seus "negócios". O empresário argumentou que é "amigo de infância" do ministro e se contradisse ao afirmar que se reuniu no gabinete de Juscelino em Brasília para "tratar de questões políticas do União Brasil" e das "próximas eleições" municipais. Sobre a função exercida por Hygonn, Tito afirmou: "Ele está sendo tipo um executivo meu, digamos assim".

ORÇAMENTO SECRETO. Nesta semana, o Estadão

revelou que Juscelino direcionou R\$ 7,5 milhões do orçamento secreto que foram parar no caixa da Construservice. Outra empresa em nome de laranja e que tem como sócio oculto um conhecido do ministro de 20 anos. O contrato prevê asfaltar uma estrada que passa em frente à fazenda de Juscelino.

Outro fato em comum é que as obras tocadas pela Mubarak e pela Construservice, ambas de asfaltamento, foram autorizadas por um funcionário da Codevasf indicado pelo grupo político do ministro e que está afastado acusado de receber propina de R\$ 250 mil em troca de dar aval para os projetos.

O Estadão também mostrou ontem que o ministro prestou informações falsas à Justiça Eleitoral sobre gastos em viagens de helicóptero na campanha do ano passado. Assim, conseguiu receber R\$ 385 mil do fundo eleitoral.

No Ministério das Comunicações, Juscelino administra R\$ 3 bilhões. Ele chegou ao cargo indicado por um grupo do Centrão que inclui o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e a deputada eleita Danielle Cunha (União Brasil-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que autorizou, em 2015, o impeachment de Dilma Rousseff.

"LEGÍTIMOS. Procurado para esclarecer sua ligação com Diogo Tito e o direcionamento das verbas que beneficiaram a Mubarak, Juscelino respondeu que as "emendas RP9 são instrumentos legítimos, que beneficiaram diversas comunidades carentes do interior do Maranhão, tratando-se de medida perfeitamente legal". Ele referiu-se ao orçamento secreto, um instrumento considerado ilegítimo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou acabar com o repasse oculto de dinheiro público.

O ministro não explicou por que omitiu da agenda o encontro com o empresário. "Os citados pela reportagem foram candidatos e é legítimo e correto que o ministro mantenha diálogo com políticos", disse.

Na campanha, Lula afirmou que o orçamento secreto é o maior esquema de corrupção da República. "O destino desses recursos é mantido em segredo. Mas todo mundo sabe para onde vai: fraudes e desvios de verbas", disse ele.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CAMINHO

Como verba do orçamento secreto chegou à empresa do amigo do ministro das Comunicações



Apagão de informações



Fila. Ministro diz que desde agosto sistema que cruza dados de interessados está danificado: assim, até quem não tem direito receberia

MANOEL VENTURA, PAULA FERREIRA E JENIFFER GULARTE economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Um mês após assumir o cargo de ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias afirma que os computadores que são o "cérebro" do cadastro para benefícios sociais do governo, como o atual Bolsa Família ou o antigo Auxílio Brasil, sofreram um apagão de energia elétrica em agosto, que danificou equipamentos e interrompeu uma série de serviços. Isso permitiu a entrada de pessoas no programa sem filtros de checagem, além de beneficiários não receberem o auxílio mesmo tendo direito, diz o ministro.

O sistema é ferramenta fundamental para a manutenção do cadastro do Bolsa Família. Segundo o ministro, o sistema está sendo reativado agora e deve estar disponível no começo deste mês. Mas o apagão que começou em agosto está sendo investigado internamente pela Controladoria-Geral da União (CGU).

- São muito fortes os indícios de que esse apagão tenha sido feito com o propósito de, ao se perder o controle, a capacidade de passar por análise criteriosa, fazer uma política eleitoral com uso de um programa social robusto como o Auxílio Brasil - disse Dias. -Inicialmente a investigação está sendo feita pelo ministério, pela CGU e a AGU (Advocacia-Geral da União) Entre julho e dezembro, 4,1 milhões de famílias passaram a receber o Auxílio Brasil, criado no governo Jair Bolsonaro. E o valor do benefício passou a R\$ 600 em agosto, poucos meses antes das eleições presidenciais.

- Em agosto do ano passado houve um desligamento do sistema de energia. Estamos investigando exatamente o que aconteceu e se houve responsáveis

-disse Dias.

EX-MINISTRO NEGA PROBLEMA Procurado, Ronaldo Bento, que foi ministro da Cidadania entre março e dezembro, respondeu que "as afirmações não procedem": -As informações não procedem. Foi contratado certo. E em nenhum momento ficou sem o sistema nem ocasionou prejuízo à entrega das políticas públicas.

Documentos do ministério produzidos em agosto mostram, porém, que o incidente "gerou múltiplas falhas e indisponibilidades nos serviços e sistemas" da pasta, "impactando negativamente, tanto nos processos internos, quanto nos programas sociais de governo destinadas ao cidadão." O governo tem três grandes bases de dados para formar o cadastro único (CadÚnico), explica Dias: Caixa, Dataprev e Serpro. O sistema que ficou danificado era responsável por consolidar e reunir as informações. É por meio desse banco de dados que o governo consegue, em minutos, cruzar milhares de dados e saber se a família tem ou não direito ao benefício do governo federal.

Como esse sistema fazia a filtragem dos dados, com o computador danificado, pessoas que não têm direito ao benefício podem ter ingressado no programa. O inverso também é válido: famílias que deveriam receber podem ter ficado de fora, diz o ministro.

Segundo Dias, informações que eram reunidas em minutos passaram a ser recolhidas em dias. Ele afirma que a investigação dirá se a queda do sistema foi proposital ou não.

- Por coincidência, é quando se tem o Auxílio Brasil de R\$ 600, a liberação de um aplicativo onde esse aplicativo não passa por municípios. E aí passou a entrar gente no programa sem filtro.

Ele diz que o governo fará um contrato emergencial para gestão do sistema, pois o anterior não foi renovado.

O governo prepara uma revisão no CadÚnico, tanto para encontrar irregularidades quanto para buscar ativamente novos beneficiários. Isso será feito em parceria com as prefeituras, por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que inclui os centros de atendimento que fazem a gestão do CadÚnico. Para Dias, esse sistema foi "quebrado" nos últimos anos, em razão da falta de articulação do governo federal.

12 MIL CONTRATAÇÕES Para reforçar a rede, o governo repassará, nas próximas semanas, R\$ 2,2 bilhões às prefeituras. O dinheiro será usado para que os municípios contratem 12 mil funcionários para o cadastro e comprem equipamentos. As equipes serão treinadas pelo governo federal.

-Repassamos o recurso para o município, e eles fazem a contratação. São agentes de cadastro, que fazem o cadastramento e a visitação. É um trabalho presencial. Tem uma parte que trabalhamos com inteligência artificial, a partir do cruzamento da base de dados do **INSS**, da Caixa, da Saúde e da Educação. Por isso é um sistema muito complexo.

A rede é formada por unidades do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), que fazem o cadastramento das pessoas e buscam famílias vulneráveis. Os dados são enviados ao governo federal, que identifica ou não a necessidade de aquela pessoa receber o benefício.

Ao longo de 2022, a demora para conseguir atendimento nas unidades do Cras e do Creas gerou um represamento nos pedidos do então Auxílio Brasil. Surgiu uma fila de pessoas que tentavam ingressar no programa. Elas preenchem os critérios para receber o benefício, mas não conseguem se registrar ou mesmo atualizar seus dados no CadÚnico.

- Muitos dos municípios, por falta de condição financeira, demitiram suas equipes. Agora teremos a recomposição com assistente social, psicólogo, profissionais de diversas áreas, para poder trabalhar com a devida segurança.

Dias afirmou que a revisão começará pela chamada família unipessoal, de apenas uma pessoa. São 2,5 milhões nessa situação. O benefício do governo Bolsonaro tinha um piso que independe do tamanho da família. Depois, serão analisados 10 milhões de cadastros desatualizados.

O caminho até o benefício

Os Cras, postos ligados a prefeituras, fazem o primeiro cadastro.

Os dados são enviados para o governo federal.

Em uma situação normal, o governo checa as informações e libera o benefício a quem tem direito em questão de dias (se houver orçamento para tal).

A falha apontada no equipamento que cruza dados limitou os filtros.

O governo atual afirma que pessoas sem direito de receber o benefício tiveram acesso, e quem deveria acessar pode ter ficado sem.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imoralidade no Ministério Público (Editorial)

Não é possível assistir passivamente a tamanho acinte com o dinheiro público, com a moralidade e com a Constituição de 1988. Em portaria publicada no dia 27 de janeiro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) institucionalizou a tal da "gratificação por acúmulo de processos", que aumenta o salário dos procuradores da República em até 33%, ou cerca de R\$ 11 mil.

A manobra vinha sendo costurada desde o ano passado, quando o CNMP criou uma primeira norma sobre o benefício. Na ocasião, como forma de minimizar o escândalo, o conselho disse que era apenas "uma orientação". De toda forma, sendo obrigatória ou não a regra, o fato é que procuradores da República vinham, desde o ano passado, recebendo um acréscimo no contracheque em razão do acúmulo de processos sob sua responsabilidade.

A recomendação de 2022 incluía também os integrantes dos Ministérios Públicos estaduais, que, segundo o CNMP, também precisavam ganhar mais em razão do acúmulo de processos. No ano passado, ao menos dois Estados - Paraná e Santa Catarina - já tinham regras similares prevendo a benesse aos membros dos respectivos Ministérios Públicos.

Ressalta-se o absurdo do benefício. Não é prêmio por produtividade, e sim convite à ineficiência. Os membros do Ministério Público são agraciados por "acúmulo de processos". Quanto mais represar seu trabalho, um procurador terá mais chances de ter seu salário aumentado. No Paraná, por exemplo, um promotor com 200 processos sob sua responsabilidade tinha direito a aumento de 11% no contracheque.

Vigorando desde o ano passado, o penduricalho recebeu agora um novo patamar de institucionalização pelo CNMP. Explicitando que seu caráter não tem nada de orientativo - e sim obrigatório -, a nova sistemática fixa prazo de 90 dias para que o conselho de cada um dos quatro Ministérios Públicos vinculados ao Ministério Público da União - o Federal, o do Trabalho, o Militar e o do Distrito Federal e Territórios - defina a quantidade de processos por procurador que dará direito ao benefício.

A agravar o acinte, o CNMP reitera, como havia feito em 2022, que o penduricalho por "acúmulo de acervo

processual, procedimental ou administrativo" não deve estar submetido à norma constitucional que fixa um teto máximo para a remuneração dos **servidores públicos**. Segundo o conselho, a benesse é uma "gratificação", não se sujeitando ao chamado abate-teto.

Trata-se de interpretação contrária ao texto constitucional. A norma da Constituição é cristalina. A remuneração dos ocupantes de cargos públicos - "incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza" - não pode exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o CNMP prefere ignorar essa limitação.

O mais estranho nessa história é que o CNMP foi criado na reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004) precisamente para exercer "o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros". Ou seja, a criação do órgão vinha atender a um objetivo essencialmente republicano: num Estado Democrático de Direito, não pode haver órgão ou instituição sem controle. No entanto, é o CNMP que agora cria benefícios inconstitucionais para a categoria.

Nem se diga, como justificativa para a manobra, que o novo penduricalho foi inspirado num benefício similar concedido aos juizes (que está submetido ao teto constitucional). Tudo isso é tremendamente constrangedor, seja pela afronta ao texto constitucional, seja pela imoralidade de premiar a ineficiência, seja pela indiferença de aumentar, em tempos de fome e de profunda crise social no País, a remuneração de quem já tem os maiores salários do funcionalismo público.

É mais que hora de o Congresso revisar as regras relativas ao CNMP. Com a maioria proveniente do Ministério Público, a atual composição do conselho não apenas é incapaz de realizar sua missão constitucional, como tem servido para autorizar escandalosos benefícios corporativistas.»

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alckmin questiona juros altos



Em evento com empresários, vice-presidente disse que desafio comum é estimular abertura de vagas, renda e competitividade

Fernanda Strickland e Michelle Portela

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou que é preciso "verificar por que o Brasil tem juros tão altos". Ele participou, ontem, da cerimônia de posse do presidente reeleito da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi, e sua nova diretoria. O evento contou com a presença de empresários e políticos. "Precisamos verificar por que o Brasil tem juros tão altos. O que justificaria? É imposto? É cunha fiscal? É falta de concorrência? Nos Estados Unidos, tem 2 mil bancos. É insegurança econômica? Questão fiscal? Insegurança política? Dificuldade de reaver o crédito? Spread alto? O bom pagador paga pelo mau pagador?", questionou o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Alckmin prometeu ainda que vai apoiar a agenda legislativa do segmento, apresentada ontem, pois foi um dos setores que mais geraram empregos no Brasil durante a pandemia da COVID-19. "Contem conosco para ajudar com a agenda legislativa. Temos o desafio comum de estimular o emprego e a renda, uma agenda de competitividade importante para o país, com universalização do ensino infantil, escolas em tempo integral e educação técnica e profissional", afirmou.

REFORMA TRIBUTÁRIA O vice-presidente voltou a dizer que o governo fará uma **reforma tributária** para simplificar o pagamento de **impostos** e reduzir os custos de produção. "O nosso foco é emprego e renda, e a população poder consumir mais", completou. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou a prioridade do governo com a mudança nos **impostos** e afirmou, ontem, que as reformas terão "alta intensidade" no novo governo, e disse perceber

receptividade às propostas voltadas às três agendas prioritárias - fiscal, crédito e regulatória -, tanto na Câmara quanto no Senado. "Não vejo intenção de postergar aquilo que precisa ser discutido", declarou, durante encontro com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo Haddad, a **reforma tributária** vai avançar em duas etapas, sendo que a primeira delas terá foco nos **impostos** sobre consumo, como ICMS, IPI e ISS. Propostas em tramitação no Congresso tratam da unificação desses **tributos** no IVA - Imposto sobre Valor Agregado. "Vamos discutir a **reforma tributária** em duas etapas. Na primeira, vamos tratar dos **impostos** sobre consumo, sem mexer no Simples", disse, ao participar da reunião de diretoria da Fiesp. E acrescentou: "Eu imagino que, no segundo semestre, com tudo dando certo no primeiro, poderemos endereçar outros assuntos". Segundo o ministro, a **reforma tributária** tem o apoio dos 27 governadores.

A reformulação do sistema de **impostos** também é uma reivindicação da indústria. Na reunião, o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, reclamou que a indústria deixou de ser a impulsionadora do desenvolvimento nacional, por conta das condições "inóspitas" para o setor, e criticou a alta carga tributária no Brasil. "A estrutura tributária puniu a produção industrial no país", sentenciou.

ARCABOUÇO FISCAL O titular da Fazenda preferiu não se antecipar sobre o novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos. Segundo ele, o ministério está consultando pessoas, colhendo estudos internacionais de vários organismos. Posteriormente, a proposta será levada para discussão com os demais ministérios. "Se eu me antecipo, prejuízo esse protocolo", afirmou. Segundo Haddad, todos os interlocutores com quem discute o assunto reconhecem a necessidade de substituir o teto de gastos por uma regra mais crível e sustentável a longo prazo. "Diagnóstico entre economistas, para mim, está pacificado", comentou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/02/2023/p1>

Reforma tributária é prioridade, e regra fiscal deve vir depois, afirma Lira



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conversa com jornalistas. Pedro Ladeira/Folhapress

César Feitoza, Victoria Azevedo e Danielle Brant Brasília O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira (31) que a intenção do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é dar prioridade à abertura da discussão sobre a **reforma tributária** e votar o tema em até três meses. Já o debate sobre a âncora fiscal substituta do teto de gastos deve ser aberto em um segundo momento e ainda não tem prazo para passar por deliberação.

Segundo Lira, o prazo para a **reforma tributária** foi definido para dar tempo aos parlamentares reabrirem as discussões sobre o tema, em conversas com gestores públicos e empresários.

"A intenção do ministro da Fazenda é que a gente - em um mês, dois, dois e meio - [consiga] visitar os assuntos, discutir os temas, aproximar os novos parlamentares do assunto, visitar municípios, estados, administração pública e empresários, para que nós tenhamos, com uma base consolidada de apoio, essa votação em dois e meio ou três meses", disse à GloboNews.

O presidente da Câmara contou que fez "acordos políticos" durante o processo eleitoral e buscou se aproximar do presidente do MDB, deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), autor de uma das propostas de **reforma tributária** no Congresso Nacional.

Uma das ideias gestadas na Câmara é aproveitar a PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** de Baleia, a 45, já que o texto foi construído com o economista Bernard Appy, que hoje integra a equipe econômica do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

"No que eu entendi da intenção do governo: primeiro [será priorizada] a **reforma tributária** e depois [o Executivo enviará] a **âncora fiscal** no prazo definido pela PEC", completou.

O discurso de Lira reforça declarações de Haddad, que já vinha falando que a **reforma tributária** pode ser votada até abril e, por outro lado, não tem falado em estimativas de votação para o novo arcabouço legal para as contas públicas.

O ministro tem até o fim de agosto para apresentar sua proposta que substituirá o teto de gastos (prazo concedido pela PEC da Gastança), mas tem falado que quer apresentar um texto ao Congresso antes disso (e tem mencionado abril como possibilidade, embora fale que a proposta pode ir antes disso).

Em entrevista coletiva nesta terça, Lira reforçou, no entanto, que as pautas do Congresso serão discutidas no colegiado de líderes após o retomo das atividades do Legislativo.

"É difícil conversar sobre as pautas ainda porque isso vai demandar reuniões de líderes, reuniões com o governo, reunião com a oposição. Essas escolhas serão feitas ouvindo o governo, claro, tem as pautas de interesse do governo e tem as pautas de interesse do Legislativo. A gente sempre vai conciliar", acrescentou.

Prestes a ser reconduzido à presidência da Câmara, Lira ainda disse que a posição majoritária da Casa é a manutenção do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) no Banco Central.

Responsável pela fiscalização de movimentações financeiras atípicas, o órgão virou alvo de negociações entre o governo Bolsonaro e o Congresso durante os últimos quatro anos.

O Coaf era vinculado ao Ministério da Fazenda, mas o ex-presidente tentou transferir o órgão para a pasta da Justiça, a pedido do então ministro Sérgio Moro. Em reação, o Congresso devolveu o conselho ao Ministério da Economia durante a análise da medida provisória que realizava um remanejamento nas pastas.

Depois do imbróglio, o Coaf passou à alçada do Banco Central, que é independente. Em uma das primeiras ações do novo governo, porém, Lula assinou uma medida provisória para devolver o órgão para o Ministério da Fazenda.

"Com relação ao Coaf - e não a minha posição, mas a posição majoritária dos deputados com quem eu conversei -, a tendência é devolvê-lo para o Banco Central", disse.

"Eu entendo que o Coaf é um órgão importantíssimo que deve procurar as operações irregulares, não os sujeitos irregulares. Quando você personifica um órgão, aponta o dedo contra alguém para ir atrás de uma operação, é desnecessário. E, quanto mais imparcial e longe da decisão política, mais ele funcionará porque estará sempre à disposição de um órgão regulador do sistema financeiro e sempre à disposição dos órgãos de Justiça." As atividades na Câmara dos Deputados serão retomadas nesta quarta (1º), com a posse dos novos parlamentares e a eleição das Mesas Diretoras.

Lira é favorito para ser reconduzido à presidência da Casa, tendo reunido apoio de partidos diversos no espectro político, de PT a PL. O deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) apresentou uma candidatura crítica à reeleição de Lira, mas que não deve ter apoio significativo.

O presidente da Câmara ainda afirmou que o governo Lula inicia a relação com o Congresso perdendo "mobilidade", considerando o fim das emendas de relator.

No fim de 2022, o STF (Supremo Tribunal Federal) considerou o mecanismo inconstitucional. Esse tipo de emenda era utilizado em negociações políticas e, com montante próximo a R\$ 20 bilhões, dava poderes aos presidentes da Câmara e do Senado para articular a votação de projetos de interesse da cúpula do Congresso Nacional.

Em acordo entre o Congresso e o novo governo, os R\$ 19,4 bilhões em emendas de relator previstos para este ano foram repartidos entre o Legislativo e o Executivo.

Metade se transformou em emendas parlamentares individuais e a outra metade voltou para os cofres do governo.

O Congresso, no entanto, conseguiu manter controle até sobre os recursos que serão destinados pelo Executivo, definindo no Orçamento de 2023 quais programas serão atendidos com os R\$ 9,8 bilhões.

"Na minha visão, o governo que se inicia perdeu metade da sua mobilidade de conseguir arrumar a sua base no Congresso Nacional, no que vai demandar muito mais trabalho", disse Lira.

Para o presidente da Câmara, a entrega de cargos na Esplanada dos Ministérios não é o "modelo perfeito" para formar uma base de apoio no Congresso Nacional. "Mas é o modelo adotado pelo governo atual e a gente vai ter que se ajustar", completou.

+

PROPOSTAS de reforma tributária

1) PEC 45-relatório deputado Aguinaldo Ribeiro

Substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas

Transição de seis anos em duas fases, uma federal e outra com ICMS e ISS

Substitui a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda

2) PEC 110-relatório senador Roberto Rocha

Criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins

Criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com fusão do ICMS e ISS

Substitui IPI por um imposto seletivo sobre itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, com recursos do IBS

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50174&maxTouch=10&anchor=6472190&pd=d53e73c275da7df0270cc922821eef9f>

"Tem uma pressão forte, mas o BC não vai vacilar"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: José Júlio Senna, Ex-diretor do Banco Central, chefia hoje o Centro de Estudos Monetários do Ibre da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), José Júlio Senna avalia que o Banco Central (BC) não vai ceder à pressão do governo e deixar de ressaltar o risco fiscal mesmo após o anúncio do pacote de ajuste do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Senna espera que o BC mantenha a Selic em 13,75% ao ano e siga na sua linha de comunicação após a reunião de hoje do Comitê de Política Monetária (Copom).

"Esse é um campo perfeito para frustração (do governo). O BC não vai vacilar. A taxa de juros vai ser mantida em 13,75%, e o BC vai continuar apontando para o risco fiscal e dizendo que tem disposição para subir os juros se precisar", diz o economista, ex-diretor da própria autarquia. A seguir, os principais trechos da entrevista: O que está por trás da fala do presidente Lula ao sugerir uma meta de **inflação** mais alta, enquanto Haddad fala em harmonização da política fiscal e monetária sem dizer o que quer com isso?

O ministro Haddad tomou posse falando da necessidade de coordenação de política fiscal e monetária. Há uma falta de coordenação.

A política fiscal é expansionista e a monetária, apertada, contracionista. Haddad sabe disso e já fez o registro. Pouco depois, ele anunciou um plano de ajuste fiscal. Seria a contribuição para o início dessa coordenação.

Eu diria que ainda falta atuar em cima de gastos, da definição do arcabouço fiscal.

Eles estão falando de **reforma tributária**, que seria um grande avanço, mas é mais do ponto de vista de sinalização, porque o resultado dela não é imediato.

Ao falar de harmonização, o ministro não pode estar cobrando do BC uma visão menos dura em relação ao risco fiscal?

É isso, sim. Ele está querendo organizar a discussão,

o debate.

Para manter isso, o governo precisa sinalizar que está fazendo a sua parte, tomando os primeiros passos. Mas precisa de disposição mais firme para controlar gastos. As medidas anunciadas são calcadas em aumento de receita.

Algumas delas são "viagem", eles não vão conseguir o que imaginam. A parte de gastos prevista no pacote está exagerada; dificilmente conseguirão os R\$ 50 bilhões de corte de despesas.

Falta o arcabouço fiscal de longo prazo. Como supostamente eles entendem que deram o primeiro passo para a coordenação da política fiscal com a monetária, provavelmente imaginam que o BC possa dar uma ajuda agora na reunião do Copom.

O que seria essa ajuda?

Um sinal de boa vontade. Não é reduzir a Selic, que não tem cabimento; mas um sinal na comunicação.

Mas não vai acontecer.

Esse é um campo perfeito para frustração (do governo).

O BC não vai vacilar. A taxa de juros vai ser mantida em 13,75%, e o BC vai continuar apontando para o risco fiscal e dizendo que tem disposição para subir os juros se precisar.

A pressão sobre o BC não vai resolver?

O BC não vai ceder. É o trabalho dele. Eles têm uma reputação e um currículo a defender.

Na comunicação, está escrito que eles podem subir os juros se as circunstâncias exigirem.

Eu acho que não vai mudar isso.

Por quê?

Porque o arcabouço fiscal é ainda uma promessa. Os juros reais de mercado estão todos acima de 6% ao ano - sinal de que os investidores estão com um pé atrás. Esse governo quer recuperar o crescimento

econômico de qualquer modo.

Eles acreditam que aumentar os gastos é o caminho para recuperar o crescimento, o que é uma grande falácia.

Há um incômodo de Haddad em relação aos juros altos num quadro de forte desaceleração da atividade econômica, que joga pressão para o presidente do BC.

Como avalia essa pressão?

Tem uma pressão fortíssima sobre o BC. A pressão está lá. Vemos no dia a dia, na imprensa, toda hora aparece. O próprio Haddad já disse que a **inflação** é mais baixa (no País) do que em vários países desenvolvidos e que o juro real é o mais alto do mundo. Como eles têm pressa, os juros reais são um obstáculo.

Lula também criticou a autonomia do BC.

Lula deveria agradecer pela autonomia.

Se não fosse a aprovação dela, ele iria herdar uma situação muito pior. Ninguém tem dúvida de que, do jeito que (Jair) Bolsonaro se virou para ser reeleito, ele iria avançar sobre o BC do jeito que avançou nos Estados, na Petrobras.

E não teríamos hoje a **inflação** perto de 6%; teríamos um quadro muito pior. Lula não deveria se revoltar.

Há uma tentação do governo em mudar a meta de **inflação**.

O ideal seria a administração se convencer de que não é recomendável mudar a meta e antecipar a decisão. Por si só, isso reverteria uma parte da preocupação de risco do mercado.

Mas isso não prescinde de um ajuste fiscal mais robusto do que está sendo planejado.

Não tem como abrir mão disso.

- "Esse governo quer recuperar o crescimento econômico de qualquer modo. Eles acreditam que aumentar os gastos é o caminho para recuperar o crescimento, o que é uma grande falácia"

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercadante fala em cortar juros para micro e pequenas empresas

MARIANNA GUALTER MATHEUS PIOVESANA

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou ontem que a redução da Taxa de Longo Prazo (TLP) para as micro e pequenas empresas foi discutida em reunião com o conselho da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"Há espaço para reduzir essa taxa de juros e queremos fazer (isso) em conjunto com a Febraban.

Tem de ser um projeto de lei, aprovado no Congresso, e, portanto, precisa de um debate técnico cuidadoso." Mercadante afirmou ainda que o BNDES não precisa de subsídios do Tesouro, e acrescentou que não há pretensão de voltar com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), usada pela instituição para conceder crédito subsidiado durante os governos anteriores do PT.

O ex-ministro afirmou que é necessário reduzir a taxa de juros para melhorar o crédito e permitir que o País produza mais e gere mais empregos.

Ele também declarou que a reindustrialização é prioridade e que o BNDES tem larga tradição com o setor. "Se olharmos o Produto Interno Bruto, a indústria já chegou a ser 27%, mas hoje é 11%, ela vem perdendo espaço." Mercadante citou que o País pode ter empresas estratégicas, a exemplo da Embraer, e que a agenda da economia verde é promissora para a reindustrialização.

"O BNDES tem várias linhas de financiamento, trabalhamos com muitas dessas empresas e estamos com uma carteira muito forte na parte de energia eólica", afirmou. "Nossa indústria automobilística, por exemplo, terá de fazer mudanças.

A demanda agora é muito mais por carros híbridos."

REFORMA TRIBUTÁRIA.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também presente na reunião, disse que a **reforma tributária** proposta pelo governo deverá englobar uma redução da carga de **impostos** para alguns setores da economia.

Segundo Haddad, a reforma e o novo arcabouço fiscal

estiveram entre os principais temas discutidos no encontro. "Nós discutimos uma agenda tanto para o setor produtivo ontem (anteontem), na Fiesp, e hoje (ontem) para o financeiro, na Febraban", disse o ministro ao deixar a reunião.

Haddad afirmou que a **reforma tributária** já poderia ter sido votada e que o Congresso "está maduro". "Há nas duas Casas ambiente favorável." O ministro também repetiu que uma proposta de nova âncora fiscal deve ser apresentada até abril.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira: base sem orçamento secreto dá "mais trabalho"



Novas alianças. Arthur Lira discursa ao lado de Zeca Dirceu (à esquerda) e outros petistas, com José Dirceu ao fundo

DIMITRIUS DANTAS E GABRIEL SABÓIA
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA -

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que o governo terá mais dificuldades para formar a base no Congresso com o fim do orçamento secreto. Em entrevista à GloboNews, o deputado, que concorre hoje à reeleição ao comando da Casa, lamentou o fim do mecanismo, determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2022. O expediente, que consistia na distribuição desigual de recursos pelo governo aos parlamentares, foi largamente usado no governo de Jair Bolsonaro para angariar apoio a pautas legislativas que interessam ao Executivo.

Depois da decisão, os R\$ 19,4 bilhões previstos no orçamento secreto em 2023 foram redistribuídos - metade, ou seja, R\$ 9,7 bilhões passaram à alçada das emendas individuais dos parlamentares e outra metade ficará à disposição dos ministérios. Esta modalidade de emenda, além de ser repartida de maneira igualitária entre os congressistas, é de pagamento obrigatório, enquanto no modelo anterior não havia imposição de pagamento, o que permitia ao governo liberar o fluxo de recursos de acordo com a agenda de interesses no Congresso.

- Esse governo inicia já com metade do orçamento municipalista (como Lira chama o orçamento secreto) em emendas impositivas, de emendas individuais.

Portanto, o governo que se inicia perdeu metade de sua mobilidade de conseguir arrumar a base no Congresso Nacional, o que vai demandar muito mais trabalho -afirmou Lira.

JANTAR COM DIRCEU

Em campanha por mais dois anos no cargo e com um bloco amplo de apoio, que vai do PL, de Jair Bolsonaro, ao PT, de Lula, Lira fez um afago ao governo e disse que a **reforma tributária** será prioridade caso consiga um novo mandato à frente da Câmara.

O tema é visto como essencial pelo Palácio do Planalto, que planeja acelerar a discussão ainda no primeiro trimestre.

Em outro lance do estreitamento de relações entre Lira, que foi aliado de Bolsonaro, e a nova gestão, o presidente da Câmara compareceu na terça-feira a um jantar que reuniu integrantes da cúpula do PT, em Brasília - também estava lá o ex-ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil no primeiro governo Lula. O evento foi organizado para comemorar o início do período de Zeca Dirceu (PTPR), filho do ex-ministro, na liderança do PT na Câmara.

A presença de José Dirceu causou uma saia-justa, segundo relataram ao GLOBO participantes do encontro, que evitaram posar para fotos ao lado do ex-titular da Casa Civil. Dirceu aparece em apenas um registro compartilhado pelo PT nas redes sociais, ao fundo, enquanto Lira discursava.

No local, após cumprimentar Dirceu, Lira discursou brevemente e defendeu a colaboração com o Executivo.

Favorito para a reeleição, o presidente da Câmara trabalha para ter a maior votação da história das eleições da Casa.

Uma das presentes ao jantar, a deputada Maria do Rosário (PT), que deve ocupar um cargo na Mesa Diretora da Câmara em caso de vitória de Lira, contemporizou a presença de José Dirceu: - Ele estava ali no papel de pai do Zeca, que será um grande líder na bancada. Ele estava orgulhoso de ver onde o filho chegou. Não houve qualquer outra

atuação, que não fosse familiar.

FORA DA POSSE

A escolha por Zeca Dirceu para a liderança do partido, entretanto, chegou a ser vista internamente como uma forma de contemplar o ex-ministro.

O petista ficou fora da discussão para a composição dos principais cargos no novo governo e nem sequer esteve entre os convidados da cerimônia de posse. Ao GLOBO, ele disse ter preferido acompanhar a solenidade entre militantes para evitar eventuais repercussões negativas da sua presença. José Dirceu foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no mensalão e também foi alvo da Lava-Jato.

Anteriormente, Zeca negou que a escolha pelo seu nome tenha tido a finalidade de contemplar o pai: - Não há qualquer relação.

A escolha ocorreu de maneira democrática. É uma honra liderar o PT na Câmara neste momento, eu cresci neste partido.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Agenda de crédito barato está na "ordem do dia", afirma Haddad



JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Depois de se reunir com banqueiros ontem em São Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse a jornalistas que a questão da oferta de crédito barato no país entrou na "ordem do dia". Ele afirmou que o crédito caro impede e trava os negócios porque os juros são maiores do que o lucro e, neste cenário, não se consegue viabilizar a atividade econômica: - Estamos com taxa de juros de 13,75%, e há preocupação com uma eventual retração do crédito no Brasil. Ontem conversei com o presidente do Banco Central sobre uma agenda rápida de crédito no Brasil. Sistema de garantias, diminuição do spread (diferença entre o custo de captação do dinheiro e o que o banco cobra para emprestar), melhoria do ambiente de concorrência para que haja mais crédito barato no Brasil. Isso é um impedimento do crescimento econômico - disse Haddad na Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Com juros básicos a 13,75%, os bancos avaliam que o risco de inadimplência aumenta e a oferta de empréstimos tende a ficar mais restrita. Com isso, o consumo e os investimentos ficam travados, dificultando a retomada da economia.

Ele afirmou que o programa Desenrola, que vai permitir a renegociação de dívida dos brasileiros, já está sendo discutido com os bancos e será apresentado ao presidente Lula na semana que vem, para ser lançado ainda em fevereiro.

SEM A VOLTA DA TJLP Aloizio Mercadante, que acompanhou Haddad, disse que no encontro foi discutido como reduzir a taxa de juros para pequenos empreendedores, para que eles tenham melhores condições de crédito. Ele afirmou que o BNDES não voltará a usar a TJLP, subsidiada, mas ressaltou que seria possível reduzir a TLP, taxa de mercado atualmente usada pelo banco, para esse público.

-Não vamos voltar à TJLP, mas há espaço para reduzir juros na TLP. Isso teria que ser feito com um projeto de lei aprovado pelo Congresso -afirmou o novo presidente do BNDES.

Haddad, por sua vez, ressaltou que na reunião com o setor financeiro foi discutida uma agenda que também é comum ao setor produtivo. Além da questão do crédito, foram abordados pontos como **reforma tributária**, eficiência da máquina pública e dos gastos, além do novo arcabouço fiscal.

O ministro da Fazenda afirmou que há um ambiente muito favorável à **reforma tributária**, tanto no setor produtivo quanto no financeiro, e que o Congresso já está maduro para votá-la. Ele disse ainda que será possível reduzir **impostos** para alguns setores.

Segundo Haddad, a reforma vai melhorar a vida das empresas, dar mais transparência ao sistema tributário e permitir que, no segundo semestre, o governo avance nas discussões da regressividade do sistema tributário. Um sistema regressivo, como o existente no Brasil, cobra mais **tributos** de quem ganha menos.

-Discutimos uma agenda com o setor produtivo e com o setor financeiro que é a mesma: a **reforma tributária**, que já podia ter sido votada e não foi. Ela já pode ser votada porque o Congresso está maduro. Obviamente temos deputados e senadores tomando posse agora, mas há nas duas Casas um ambiente muito favorável. Vai permitir que a gente avance nas discussões da regressividade do sistema tributário, que penaliza as famílias mais pobres -afirmou o ministro.

Sobre o novo arcabouço fiscal, Haddad disse que a equipe econômica já está formulando uma proposta a ser apresentada ao Congresso. Ele afirmou que, nesta semana, o presidente Lula e as ministras Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação Pública) participarão das discussões para tomar uma decisão. Ambas estavam na Febraban, assim como o titular da Agricultura, Carlos Fávaro.

Segundo Haddad, as novas regras fiscais darão mais segurança e previsibilidade aos agentes econômicos. Ele disse que não vai antecipar os detalhes sobre o novo arcabouço fiscal antes de terminado o debate,

para que as pessoas "não entendam de forma equivocada".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Não se discute mudar meta de inflação, diz secretário



WASHINGTON COSTA/MF

Guilherme Mello. "Estamos falando de duas reformas estruturais: um novo arcabouço fiscal (...) e um novo arcabouço tributário"

CAROLINA NALIN carolinajalin@infoglobo.com.br

O Ministério da Fazenda não está discutindo uma possível mudança no regime de metas de **inflação**, afirmou ontem o secretário de Política Econômica da pasta, Guilherme Mello. Ele ponderou que esse debate acontece no mundo, mas surgiu de forma prematura no Brasil: -Esse é um debate que vem ocorrendo mundo afora. No mundo, vários economistas vêm discutindo o cumprimento da meta ou não. Vou ser 100% transparente: esse tema não está pautado no Ministério da Fazenda. Acho que surgiu de forma prematura o debate, porque essa decisão só vai ser tomada em junho - disse Mello em evento do Credit Suisse, em São Paulo.

Segundo ele, até lá "muita coisa pode acontecer", inclusive a aprovação de reformas, o que teria impacto nas expectativas de **inflação**.

Termina hoje a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sobre a taxa de juros (Selic). A expectativa é que ela seja mantida nos atuais 13,75%.

Em entrevista à Globo-News em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a atual meta de **inflação**, afirmando que, por esta ser baixa (3%), o BC tem de subir demais os juros, o que inibe o crescimento da economia. As declarações de Lula alimentaram especulações de que o governo poderia rever as metas de **inflação** para os próximos dois anos.

REGRA FISCAL E REFORMA Para Mello, a aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária** será capaz de dar credibilidade à política

fiscal e melhorar a competitividade da economia. Segundo ele, o conjunto de regras fiscais acabou perdendo credibilidade porque "nos últimos anos foi seguidamente emendado e remendado para permitir aumento de gastos".

-Aprovando essas duas reformas, você vai ter um horizonte para os próximos 10 a 15 anos -disse Mello. - Estamos falando de duas reformas estruturais: um novo arcabouço fiscal que recupere a credibilidade e a previsibilidade da política fiscal do Brasil e dê um horizonte claro para todos vocês (analistas) que estão aqui fazendo contas. E um novo arcabouço tributário que auente a possibilidade de crescimento da economia e redução da desigualdade.

Para o secretário, a aprovação dessas reformas ajuda a criar um cenário macroeconômico que facilitará a estabilização da dívida. Isso porque tende a diminuir o prêmio de risco, aumentar o **PIB** potencial e reduzir a taxa de juros neutra, explicou.

Perguntado pela economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour, sobre o andamento dos estudos sobre a nova regra fiscal, Mello disse que ainda não há definição. Mas ressaltou que a proposta será apresentada a tempo de orientar a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2024, em abril.

Ele disse ainda que o governo pode recuperar de "maneira bastante veloz" o resultado primário, que tende a ser negativo em 2023.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ibovespa sobe 1%, e dólar cai a R\$ 5,07, à espera de decisões de juros

LETYCIA CARDOSO letydia.cardoso@og1obo.com.br
No último pregão de janeiro, o Ibovespa subiu 1,03%, aos 113.430 pontos, e o dólar caiu 0,80%, a R\$ 5,0732, com investidores à espera das decisões, hoje, sobre taxas de juros no Brasil e no exterior. Enquanto aqui o Banco Central deve manter a Selic em 13,75%, a expectativa é que nos EUA o Federal Reserve diminua o ritmo de alta, elevando a taxa em 0,25 ponto percentual, após um aumento de 0,50 p.p. e outros quatro de 0,75 p.p. Essa desaceleração reduz o temor de recessão global e dá perspectivas positivas ao mercado de ações. Em Nova York, o índice Dow Jones avançou 1,09%, e o S&P 500, 1,46%. A Nasdaq subiu 1,67%. -Estão monitorando também se o Fed depois fará novos ajustes de 0,25 p.p. ou não - diz Bruno Komura, analista da Ouro Preto Investimentos. Segundo ele, também contribuiu para a alta da Bolsa a fala do ministro da Fazenda, Fernando Hadda

o Ibovespa teve ganho de 3,37%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

No último pregão de janeiro, o Ibovespa subiu 1,03%, aos 113.430 pontos, e o dólar caiu 0,80%, a R\$ 5,0732, com investidores à espera das decisões, hoje, sobre taxas de juros no Brasil e no exterior.

Enquanto aqui o Banco Central deve manter a Selic em 13,75%, a expectativa é que nos EUA o Federal Reserve diminua o ritmo de alta, elevando a taxa em 0,25 ponto percentual, após um aumento de 0,50 p.p. e outros quatro de 0,75 p.p. Essa desaceleração reduz o temor de recessão global e dá perspectivas positivas ao mercado de ações. Em Nova York, o índice Dow Jones avançou 1,09%, e o S P 500, 1,46%. A Nasdaq subiu 1,67%.

-Estão monitorando também se o Fed depois fará novos ajustes de 0,25 p.p. ou não - diz Bruno Komura, analista da Ouro Preto Investimentos.

Segundo ele, também contribuiu para a alta da Bolsa a fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o interesse em agilizar a **reforma tributária**. A diretora de Investment Solutions da TAG Investimentos, Francisca Brasileiro, defende que o Brasil tem sido visto pelos estrangeiros como uma boa opção de investimento entre os emergentes: -O risco-país do Brasil foi o que menos subiu entre os principais pares globais, mesmo com toda a questão política. O presidente Lula está sendo melhor visto pelos estrangeiros do que Bolsonaro.

No mês, o dólar acumulou queda de 3,88%, enquanto

Tributária vem antes de âncora fiscal, diz Lira

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Em meio a expectativa de ser reconduzido à presidência da Câmara por mais dois anos, o deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou nessa terça-feira (31) que a prioridade do governo é votar a **reforma tributária** antes da nova âncora fiscal. O diagnóstico foi feito após conversas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

Poucas horas após serem empossados, os deputados federais definirão nesta quarta-feira (1º), às 16h30, a permanência de Lira à frente da Mesa Diretora no biênio 2023-2024 e elegerão os demais integrantes da direção da Câmara.

Para ele, a proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê a unificação de cinco **tributos** (IPI, ICMS, ISS, PIS e Cofins) em um único imposto, o IBS, deve ser rediscutida por dois meses com a sociedade, governadores e prefeitos, e depois votada em "cerca de dois meses e meio a três meses".

O alagoano explicou que firmou um compromisso com o MDB, de Baleia Rossi (SP), autor da PEC, que tratará do tema. "Pelo que entendi do governo, primeiro [vamos] votar a **reforma tributária** e depois a âncora fiscal", afirmou o presidente da Câmara em entrevista à GloboNews.

Ele pontuou ainda que o projeto sobre a nova âncora fiscal será amplamente debatido e só será apreciado quando tiver margem de aprovação para uma PEC, ou seja, 308 votos favoráveis.

Após concluir as reuniões com bancadas estaduais na semana passada e ter se encontrado com frentes parlamentares na segunda-feira, Lira dedicou a terça-feira a uma maratona de conversas com bancadas partidárias.

Além de tentar garantir uma votação recorde - ele quer superar as votações de Ibsen Pinheiro (MDB), em 1991, e de João Paulo Cunha (PT), em 2003, que foram eleitos com 434 votos -, Lira buscou manter a unidade do bloco partidário e enterrar eventuais candidaturas avulsas.

Reservadamente, aliados de Lira avaliam que ele conseguirá conter que postulações paralelas sejam

apresentadas aos cargos da Mesa. Surpresas, porém, podem acontecer, admitem interlocutores.

Após as investidas, o desenho final da chapa de Lira conta com Marcos Pereira (Republicanos-SP) como candidato à primeira vice-presidência da Casa, e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) como postula à segunda vice-presidência.

Apesar de ser o candidato oficial à primeira-secretaria, o deputado Luciano Bivar (União-PE) enfrenta resistências dentro do próprio partido e ainda corre o risco de ter um adversário competitivo, o ex-ministro Mendonça Filho (União-PE). Lira ainda tentará costurar um acordo para que Bivar seja candidato único.

Após a ofensiva de Lira, o deputado Aliel Machado (PV-PR) não lançará candidatura avulsa para concorrer com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), nome da chapa do deputado do PP para comandar a segunda secretaria nos próximos dois anos.

A possível postulação avulsa de Machado perdeu força após o PV receber o entendimento da Mesa Diretora de que o cargo caberia ao maior partido da federação. Além disso, a legenda teve o compromisso de que presidirá uma comissão permanente em cada um dos próximos quatro anos e que ficará com a vice-liderança da federação e com um das vice-lideranças do governo na Câmara. Há também o aceno de que a sigla terá cargos no governo, o que vinha sendo apontado como motivo para a irritação do PV com o PT dentro do Legislativo.

PSD e MDB decidiram lançar Júlio Cesar (PSD-PI) e Lúcio Mosquini (MDB-RO) para os comandos da terceira e quarta secretaria, respectivamente.

Escanteadas em outros anos, as suplências viraram alvo de disputa entre partidos. Inicialmente, os cargos seriam distribuídos entre PL, PT, PSDB e PDT. Ao se unir com o PSC, porém, o Podemos ficaria com a vaga que seria destinada aos pedetistas.

Nessa terça-feira, Lira entrou em campo e tentou convencer lideranças do PT a abrir mão da vaga para contemplar o PDT

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187448?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187448?page=2§ion=1)

Senadores querem priorizar PEC de reforma tributária que simplifica ICMS e ISS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/02/01/RDIOSENADOFM917DF-08.19.25-08.23.46-1675255726.mp3>

Reforma Tributária e novo marco fiscal são desafios do governo

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/02/01/RDIOSENADOFM917DF-07.33.05-07.37.00-1675255378.mp3>

Copom faz 1ª reunião sob Lula pressionado por Planalto e inflação

Nathalia Garcia

Brasília Pressionado por uma piora nas expectativas do mercado financeiro para a **inflação**, o Banco Central deve manter nesta quarta-feira (1º) a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) - a primeira desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomou posse.

Apesar do intenso choque de juros promovido pelo BC na tentativa de frear a **inflação**, incertezas fiscais e ruídos gerados pelo alto escalão do governo - incomodado com o alto patamar dos juros - têm contribuído para a deterioração das projeções sobre preços.

Para Tony Volpon, ex-diretor do BC, a atenção estará toda voltada para a comunicação da autoridade monetária sobre a piora nas expectativas. "O mercado espera que isso seja endereçado de alguma maneira", afirma. "O grande ponto desse Copom é o que o BC vai dizer sobre as expectativas de 2024,2025. Tudo lá na frente tem subido bastante nessas últimas semanas no [boletim] Focus." A pesquisa Focus, que capta a percepção dos economistas da iniciativa privada, mostra que a projeção para o IPCA para este ano saltou de 5,08% desde o encontro anterior do colegiado, em dezembro de 2022, para 5,74% no dado divulgado na segunda-feira (30).

Isso indica que as expectativas para 2023 já se encontram quase um ponto percentual acima do teto da meta de **inflação**. Os alvos centrais estabelecidos pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para 2024, período de maior relevância para a atuação do Banco Central hoje, a expectativa passou de 3,5% para 3,9% em quatro semanas - já acima do objetivo central a ser perseguido.

A piora na percepção do mercado financeiro também se refletiu em projeções de prazos mais longos, mesmo nos anos que ainda não estão na mira do Copom.

O movimento se dá na esteira da perspectiva de alta

nos preços administrados com a possível reoneração de **tributos** federais sobre gasolina e etanol a partir de março. De acordo com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), "até o presente momento" não há nenhuma nova decisão sobre o tema.

Um dos primeiros atos do novo governo Lula foi o envio de uma medida provisória prorrogando a desoneração dos **tributos** federais sobre combustíveis até o fim de fevereiro.

"O mais provável é que tenhamos um recuo das taxas de **inflação** até meados do ano e, no período de julho a setembro, a **inflação** em 12 meses deverá subir", projeta o economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo).

A alta será sentida em relação ao ano passado, quando houve três meses consecutivos de deflação (de julho a setembro) . A queda nos preços naquele período foi impulsionada pelos cortes de **impostos** sobre combustíveis, energia elétrica e outros itens.

A redução na carga tributária se deu em meio aos planos de reeleição de Jair Bolsonaro (PL), que acabaram frustrados pela derrota para Lula nas urnas.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos e ex-assessor no Ministério da Economia, espera que o Copom fale sobre a importância das expectativas inflacionárias nos próximos passos do BC.

Diante da piora do cenário, ele projeta que a autoridade monetária mantenha a Selic no atual patamar de 13,75% ao longo de todo o ano. "Acho difícil o BC, que está olhando para 2024, com projeções de mercado de **inflação** acima [do centro da meta] e subindo, conseguir cortar taxas de juros [neste ano]", diz.

+

Alckmin questiona taxas de juros altas e pede custo menor de capital

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), questionou nesta terça (31) o alto patamar dos juros no Brasil e disse que é preciso agir por um custo

de capital mais baixo no país. "Precisamos verificar porque o Brasil tem juros tão altos. O que justificaria [isso]? É imposto? É cunha fiscal? É falta de concorrência? Nos Estados Unidos tem 2.000 bancos!"

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50174&maxTouch=10&anchor=6472190&pd=d53e73c275da7df0270cc922821eef9f>

Novo penduricalho dos procuradores extrapola leis e foi aprovado em 1 min



Sessão do Conselho Nacional do Ministério Público que analisou novo benefício para a categoria

LUIZ VASSALLO GUSTAVO QUEIROZ DAVI MEDEIROS

Ao aprovar em pouco mais de um minuto um novo penduricalho por alegado excesso de trabalho, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) usou como justificativa um benefício já existente para juízes. O órgão dos procuradores, no entanto, estabeleceu critérios que vão além daqueles definidos em leis e normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na prática, a resolução amplia o leque de potenciais beneficiários.

Como mostrou o Estadão, membros do Ministério Público da União terão uma compensação pelo chamado "acúmulo de acervo processual, procedimental ou administrativo". A cada três dias trabalhados, procuradores ganharão um dia de folga que poderá ser revertido em indenização. O penduricalho, assim, alcança R\$ 11 mil por mês e está fora do teto. Com isso, poderão receber acima dos vencimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal - hoje, de R\$ 39,3 mil.

O penduricalho foi aprovado no dia 19 de dezembro. Naquela sessão, havia mais holofotes do que o habitual sobre o plenário do órgão em razão do julgamento que terminou com a punição de procuradores da Operação Lava Jato do Rio. Eles haviam divulgado durante os trabalhos da força-tarefa um release a respeito de uma denúncia que estava em sigilo.

Foi após a saída do procurador-geral da República, Augusto Aras, que preside o conselho, e um intervalo, que a norma por excesso de trabalho foi chancelada pelos integrantes do CNMP. Do anúncio da votação da pauta ao placar final, passou um minuto e 17

segundos. "Alguma objeção?", questionou Oswaldo D'Albuquerque, que presidia a sessão no lugar de Aras. Não houve. A resolução foi publicada na sexta-feira passada.

O texto aprovado a jato se baseia em duas leis de 2015 sancionadas por Dilma Rousseff para criar a gratificação por sobrecarga de trabalho para juízes federais e do trabalho. Usaram ainda uma recomendação do CNJ que estendeu o benefício a toda a magistratura nacional, em 2020. O CNMP levou em consideração "a simetria constitucional e a paridade" entre as carreiras do Ministério Público e da magistratura (mais informações nesta página).

ASSIMETRIA. No entanto, nem tudo na resolução para os procuradores é tão simétrico assim em relação aos juízes. Nos bastidores, há uma grita da toga por ter um benefício menos vantajoso do que aquele aprovado para os integrantes dos Ministérios Público Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios.

Uma das diferenças está em qual tipo de "acervo" pode ser levado em consideração para agraciar os beneficiados. No caso dos juízes, a legislação e a regulação do tema no CNJ pre-veem que apenas processos judiciais contam para calcular a sobrecarga de trabalho.

Já os procuradores vão receber também pelo acúmulo de acervo administrativo. Nesse recorte, entra a participação em grupos de trabalho, de estudo e comitês temáticos. A ocupação de função "singular", como chefia de gabinete de procuradores-gerais e secretarias do MP, também garante o novo penduricalho.

A portaria deixa ainda expresso que o "mandato classista" é considerado uma "função singular caracterizadora de acúmulo de acervo". O termo se refere a procuradores que estão afastados de suas funções para integrar a diretoria de associações de classe -uma espécie de sindicato dos procuradores, destinado à defesa dos interesses corporativos da carreira.

DIFERENÇAS. As leis e a recomendação do CNJ, por exemplo, não preveem um conceito tão amplo de acervo nem permitem que juízes com mandato nas

associações de classe ganhem mais por isso. Além disso, no texto que normatiza o benefício dos juízes está expresso que há abate-teto, sendo a gratificação de natureza remuneratória - ou seja, sujeita também a Imposto de Renda e contribuição previdenciária.

"Com esta resolução, o MP apresenta o argumento do princípio da simetria. Me parece que esta simetria está desfocada, porque o que está na resolução, a rigor, a magistratura não tem", disse Guilherme Feliciano, professor de Direito do Trabalho da USP e ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Feliciano destacou que, independentemente do número de funções ou acervo acumulado, a gratificação dos juízes está limitada ao teto.

Ex-presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais (Ajufe), Gabriel de Jesus Tedesco Wedy disse que "existe a previsão de um teto (salarial na magistratura), com reposição anual de **inflação**, e nada mais". "Quanto à decisão do CNMP, merece respeito. Não comento porque pode ser judicializada. Contudo, a sociedade não concorda com os chamados penduricalhos", afirmou.

Na resolução do CNMP, há ainda a previsão para que os procuradores que já recebam gratificação pelo acúmulo de ofícios também possam acumular o novo penduricalho por excesso de acervo. No Judiciário, o ofício equivaleria às Varas da Justiça, para as quais há sempre juízes titulares e substitutos. Também não há menção expressa na lei sobre este acúmulo para a toga.

Procurado, o CNMP não havia se manifestado até a conclusão desta edição.

"Existe previsão de um teto (salarial na magistratura), com reposição anual de **inflação**, e nada mais. Quanto à decisão do CNMP, merece respeito. Não comento porque pode ser judicializada. Contudo, a sociedade não concorda com os penduricalhos" Gabriel de Jesus Tedesco Wedy Ex-presidente da Ajufe

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Escalada nos protestos desafia reforma da previdência de Macron



Manifestantes enfrentam a polícia em Paris: mais de 1 milhão nas ruas contra a reforma de Macron

O presidente francês, Emmanuel Macron, rejeita mudar sua proposta de reforma da previdência e enfrenta uma onda de insatisfação social. Ontem, na segunda greve geral em duas semanas, trabalhadores dos transportes, do setor de energia, professores, estudantes e funcionários da segurança pública se juntaram a mais de 1 milhão de pessoas nas ruas do país em cerca de 250 manifestações.

A reforma apresentada pela primeira-ministra Élisabeth Borne, em janeiro, tem dois pontos rejeitados pelas centrais sindicais: o adiamento progressivo até 2030 da idade de aposentadoria de 62 para 64 anos e a antecipação para 2027 da exigência de contribuir durante 43 anos - e não 42 como agora - para receber uma aposentadoria completa.

PROMESSA. Alinhada com a promessa de Macron ao ser reeleito, a medida é impopular: 68% da população é contrária, segundo pesquisas. Além disso, de acordo com sondagem da Odoxa, dois em cada três franceses consideram Macron um presidente ruim e Borne uma péssima primeira-ministra.

Em 2019, Macron tentou aprovar a reforma, mas enfrentou os maiores protestos do país desde 1968. Quatro anos depois, a cena é a mesma. Há duas semanas, 1,2 milhão de pessoas saíram às ruas contra a proposta. Ontem, 100 mil pessoas a mais estiveram nas manifestações.

Escolas fechadas, viagens de trens canceladas e queda na produção de eletricidade marcaram o dia de protestos. "Se a primeira-ministra não entendeu a mensagem, diremos a ela mais alto, mais forte e com mais gente", disse o líder sindical da CGT, Philippe

Martinez.

Desde sua chegada ao governo, em 2017, Macron, de 45 anos, defende sua ideia de "sacudir" o sistema com suas reformas liberais, que por vezes impulsionaram sua imagem de "presidente dos ricos", como ocorreu nos protestos dos coletes amarelos.

A reforma da previdência de Macron é fundamental para sua estratégia política. Agora, o governo optou por um controvertido procedimento parlamentar que lhe permite aplicar o atual plano se o Parlamento não se pronunciar até o fim de março.

Embora o governo tenha pedido à oposição que "enriqueça" o projeto durante o processo parlamentar iniciado na segunda-feira, Borne disse que a idade de 64 anos "não é mais negociável", irritando a oposição de esquerda que pediu uma "moção popular de censura".

DEMOGRAFIA. "Estamos vivendo um dia histórico. O senhor Macron, com certeza, perderá", afirmou o líder esquerdista Jean-Luc Mélenchon, no início da manifestação em Marselha, onde pediu que a reforma fosse submetida a um "referendo" popular.

O FMI expressou apoio ao presidente francês, na segunda-feira, manifestando-se a favor de uma reforma que, juntamente com as mudanças aprovadas sobre o seguro-desemprego, permitiria à França reduzir sua dívida pública, que supera 110% do **PIB**.

Analistas apontam outra razão para que a reforma seja aprovada: a questão demográfica. A expectativa de vida na França aumentou, ao mesmo tempo que as taxas de natalidade estão caindo. Atualmente, a idade média de aposentadoria é de 60 anos. Com isso, um homem passaria 23 anos e meio aposentado e uma mulher, 27 anos.

O dia começou com uma greve nos transportes, principalmente no metrô de Paris, nos trens suburbanos da região e nas ferrovias provinciais, onde a frequência era muito baixa.

ADESÃO. A greve no setor de energia provocou ontem uma queda na produção das centrais nucleares de "quase 3.000 MWh", segundo a empresa Électricité de France (EDF). Entre 75% e 100% dos funcionários

das refinarias e depósitos da TotalEnergies aderiram à paralisação, segundo a CGT. AFP e NYT

Apoio

O FMI defende a reforma de Macron, que permitiria à França reduzir sua dívida pública

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>